

## **BOLETIM 415**

**Brasília, 18 de agosto de 2017**

### **FETICOM-MG discute situação do movimento sindical com presidente da CONTRICOM - Mazinho**

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, reuniu-se, ontem, com a diretoria da FETICOM-MG, presidida pelo companheiro Wilson Sales da Silva, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Vespasiano (MG), ocasião em que foram tratados assuntos de interesse dos trabalhadores e do movimento sindical.

Estavam presentes, além de Mazinho e o presidente da FETICOM-MG, outros diretores da Federação, além do presidente do sindicato local, companheiro Teófilo Ribeiro da Silva, que pertence ao Conselho Fiscal da entidade estadual e integra o Conselho de Representantes da CONTRICOM. Participaram, também, do encontro os advogados dr. Marcelo e Edmar, assessores jurídicos da FETICOM e do Sindicato de Vespasiano.

Segundo o presidente Wilson Sales da Silva, “o encontro foi muito produtivo, pois tivemos condições de receber informações e esclarecimentos da CONTRICOM sobre a situação criada para o movimento sindical depois da aprovação de uma reforma trabalhista que suprime



**Os advogados Marcelo e Edmar, Wilson Sales, Mazinho e Teófilo durante reunião da FETICOM de Minas Gerais em Vespasiano (MG)**

direitos dos trabalhadores”.

O presidente Mazinho fez uma explanação sobre as reformas Trabalhista e da Previdência e suas repercussões negativas para os trabalhadores de modo geral, em especial, para os da construção civil, e abordou o impacto da extinção da contribuição sindical compulsória na sustentação das organizações sindicais.

Outro assunto debatido na reunião foi quanto à estratégia a ser adotada pelos sindicatos nos acordos e convenções coletivas frente aos obstáculos impostos pela nova lei trabalhista. Segundo Mazinho, “a hora é de união para resistir, nas ruas, na Justiça trabalhista, no parlamento, enfim, em todos os espaços contra esse verdadeiro massacre que pretendem promover contra os trabalhadores e suas entidades. A CONTRICOM vai continuar apoiando suas federações e sindicatos nessa luta que interessa a toda sociedade brasileira, pois não há como pensar em um país desenvolvimento, soberano e justo sem seu trabalhador devidamente valorizado”, sentenciou.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## IBGE: país tem 26,3 milhões de trabalhadores subutilizados

Dados divulgados nesta quinta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a taxa composta de subutilização da força de trabalho caiu de 24,1% para 23,8%, do primeiro para o segundo trimestre do ano. O país ainda tinha, em junho, 26,3 milhões de trabalhadores subutilizados. No trimestre encerrado em março o contingente era de 26,5 milhões de pessoas.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) relativa ao segundo trimestre do ano. A taxa de subutilização engloba os desocupados, aqueles que trabalharam menos horas do que gostariam e os trabalhadores em potencial.

Na avaliação do coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, ao reduzir em apenas 200 mil trabalhadores, entre o primeiro e o segundo trimestres do ano, a taxa de desocupação fechou “indicando estabilidade” entre os dois períodos, uma vez que a retração foi de apenas 0,3 ponto percentual.

Segundo a Pnad, a maior taxa de subutilização no fechamento do segundo trimestre do ano foi verificada na Região Nordeste, onde a taxa de subutilização era de 34,9%. Já a menor foi registrada na Região Sul (14,7 %) . Por estado, o Piauí (38,6 %), a Bahia (37,9 %) e o Maranhão (37,7 %) foram as unidades da federação que apresentam as maiores taxas compostas de subutilização da força de trabalho.



Já as menores taxas foram observadas em Santa Catarina (10,7 %) , Mato Grosso (13,5 %) e Paraná (15,9 %).

As taxas de desocupação dos grupos de pessoas que apresentaram patamar superior ao estimado para a taxa média total foram a dos trabalhadores com idade entre 14 a 17 anos (43 %) e de 18 a 24 anos (27,3 %).

*Fonte: Agência Brasil*

## Divergência sobre as contas marca audiência da CPI da Previdência

O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, reafirmou, em audiência pública no Senado nesta quinta-feira (17), que o saldo da Previdência em 2016 foi negativo (151,9 bilhões) e que a tendência é piorar, já que a população vive cada vez mais e tem menos filhos.

Marcelo Caetano, que participou de audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, afirmou que, se não houver



mudanças, não haverá número suficiente de trabalhadores na ativa para bancar os benefícios dos aposentados.

Caetano defendeu a idade mínima de 65 anos prevista no projeto da reforma da Previdência em análise na Câmara dos Deputados, mas disse concordar com as regras de transição.

**Fraudes** - Já Marcelo Bórsio, da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, disse não acreditar que a Previdência esteja no vermelho. Para ele, na hora de fazer as contas, é preciso considerar o orçamento da Seguridade Social como um todo, sistema que engloba os recursos da área da saúde e de assistência social, além das aposentadorias e pensões. Nesse caso, afirmou, o saldo seria positivo.

Segundo Bórsio, antes de propor uma reforma, o governo deveria centrar seus esforços em combater a sonegação e as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

**Desonerações** - Para assegurar o equilíbrio da Previdência, o servidor da Polícia Federal defende também o fim das desonerações das contribuições previdenciárias para as empresas. Hoje, vários setores podem calcular as contribuições previdenciárias devidas sobre a receita bruta da companhia e não pela folha de pagamento, o que reduz o dinheiro que entra no caixa da Previdência.

Quem também vê com bons olhos o fim das desonerações é o secretário da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, Jorge Rachid. Em cinco anos, as desonerações somaram 78 bilhões.

Rachid também defende a revisão da renúncia fiscal para o setor do Agronegócio, para as empresas que tem regime tributário diferenciado como o Simples Nacional, para o

Microempreendedor Individual e para as entidades filantrópicas.

O relator, senador Hélio José (PMDB-DF), afirmou que o papel da CPI é dar transparência às contas da Previdência e apontar soluções. O presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), disse estar convencido de que a Previdência não é deficitária.

*Fonte: Agência Senado*

## Sindicalistas contestam déficit da Previdência e apontam 'equivocos'

Sindicalistas presentes em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) criticaram, nesta quinta-feira (17), a reforma da Previdência e destacaram que ela não é um ajuste fiscal, mas sim uma mudança no modelo de sociedade para deixar sem proteção os mais vulneráveis.

Os participantes da audiência divergiram em relação às contas da Previdência apresentadas pelo governo, contestaram o déficit do setor e foram unânimes em afirmar que os servidores públicos não são os responsáveis pelo "suposto" rombo da Previdência. Segundo eles, o grande problema do atual governo é focar somente no sistema financeiro sem se preocupar com políticas públicas.

Floriano Martins, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfipe) exibiu vídeo que revela que, atualmente, menos de 1% dos idosos estão em





situação de extrema pobreza. Com a reforma proposta pelo governo, mais da metade deles podem entrar nesse tipo de pobreza. Para Floriano Martins, a mudança não tem legitimidade do voto popular e nem legitimidade ética.

*Fonte: Agência Senado*

## Presidente do Senado afirma que mínimo terá pelo menos a inflação

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, garantiu nesta quinta-feira (17) que o salário mínimo de 2018 terá, pelo menos, o aumento de correção da inflação.

“Vamos aplicar a Lei. O salário mínimo é corrigido pela inflação dos últimos 12 meses. O que

der a inflação vai ser a correção do salário mínimo. Não vai ser maior, a menos que o presidente determine que seja maior, mas menor do que o que está na Lei, nós não aprovaremos aqui no Congresso, ninguém tenha dúvida disso. Aqui no Congresso nós não vamos submeter redução do salário-mínimo”, afirmou.

Com a revisão das projeções orçamentárias, na última terça-feira (15), o valor de salário mínimo previsto para o próximo ano foi reduzido em R\$ 10 e ficou em R\$ 969. Neste ano de 2017, o salário mínimo em vigor é de R\$ 937.

**Meta Fiscal** - O presidente do Senado disse que ainda hoje receberá e encaminhará à Comissão Mista de Orçamento (CMO) a mensagem do governo com o pedido de autorização ao Congresso Nacional para ampliar a meta fiscal de 2017 de um déficit de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões.

O senador acrescentou que conversou hoje com o presidente da República Michel Temer, com a equipe econômica e com o presidente da CMO, Dário Berger (PMDB-SC), e que o esforço é para que a proposta seja aprovada até o fim deste mês.

“O Congresso tem responsabilidade com isso. Nós sabemos das dificuldades. Não podemos contribuir com a irresponsabilidade de o Brasil não ter como pagar seus funcionários, de o Brasil não ter como pagar os aposentados, aqueles que não têm alternativa, como os que recebem um salário mínimo de aposentadoria”, justificou.

*Fonte: Portal EBC*



## Industriária garante estabilidade de duas semanas após sofrer aborto espontâneo

A empregada gestante que sofreu aborto espontâneo tem garantia à estabilidade provisória no emprego desde a concepção até duas semanas após o aborto. Seguindo esse entendimento, a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho garantiu a uma industriária do setor de calçados do Rio Grande do Sul (RS) a estabilidade pretendida e condenou a Crysalis Sempre Mio Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ao pagamento da indenização decorrente.

Na reclamação trabalhista, a empregada disse que à época da dispensa estava grávida e, portanto, amparada pela estabilidade provisória. Logo após a demissão, ela perdeu o bebê. Alegou ainda que a empresa a teria dispensado sem a realização do exame médico demissional. Ela apresentou exames médicos para comprovar a gravidez e pediu o pagamento dos salários devidos entre a dispensa até duas semanas após o aborto espontâneo.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região indeferiu o pedido de estabilidade por entender que o artigo 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República, que veda a dispensa da gestante até cinco meses após o parto, não trata dos casos de aborto. Em relação à indenização pretendida, a decisão ressalta que não ela seria devida porque a ação só foi ajuizada 18

meses após a alta do hospital e 20 meses após a o término do contrato de trabalho.

No TST, ao analisar o pedido da empregada, o ministro João Batista Brito Pereira observou que, segundo o artigo 395 da CLT, “em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de duas semanas”. E destacou que o TST, ao interpretar os dispositivos do ADCT e da CLT, uniformizou o entendimento no sentido da garantia da estabilidade pelo mesmo período após o aborto espontâneo.

Em relação à demora no ajuizamento da ação, usada pelo TRT-RS para negar a indenização, o relator lembrou que o único pressuposto para que a empregada gestante tenha assegurado o seu direito à estabilidade “é que esteja grávida, não se cogitando de outro prazo para o ajuizamento da ação, senão o de dois anos após a extinção do contrato de trabalho”. A decisão foi unânime. Processo: RR-1236-86.2011.5.04.0382

*Fonte: TST*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**